

Sintunesp convida para **ASSEMBLEIA GERAL** da categoria em 16/3! Vamos discutir as reivindicações e a mobilização para a **DATA-BASE 2021**

Eixos deste ano devem centrar na luta contra o arrocho, pela valorização dos níveis iniciais das carreiras e na defesa da segurança e da vida em meio à pandemia

O Sintunesp convida os servidores técnico-administrativos da Unesp para uma Assembleia Geral Extraordinária Unificada, no dia 16 de março, terça-feira, às 9h, tendo como pauta a data-base 2021. Devido ao cenário da pandemia de Covid-19, a assembleia geral será realizada em ambiente virtual e substituirá as várias assembleias locais que tradicionalmente realizamos nas unidades. Para participar, acesse o *link*:

meet.google.com/bnm-duiz-gru

Os eixos da campanha salarial 2021

Conforme divulgado em boletim do Fórum das Seis – que agrupa os sindicatos e entidades estudantis das três universidades e do Centro Paula Souza – maio é o mês da nossa data-base, quando discutimos nossas reivindicações com o Conselho de Reitores (Cruesp). Em 2020, sob o impacto do início da pandemia, a campanha foi suspensa.

As entidades do Fórum das Seis consideram importante focar a data-base deste ano em duas frentes centrais:

- ➔ 1) A luta contra o arrocho salarial, aí inserida a necessária valorização das fases iniciais das carreiras dos servidores docentes e dos técnico-administrativos;
- ➔ 2) A luta pelo estabelecimento de um plano sanitário e educacional nas nossas instituições.

Estes pontos devem ter como pano de fundo a permanente luta, junto com as demais categorias do funcionalismo, contra a reforma administrativa e demais ataques vindos de Brasília ou dos Bandeirantes, pela revogação da sobretaxação aos aposentados e pensionistas paulistas (Decreto 65.021/2020, do governo Doria), pela vacinação para todos, pela quebra das patentes das vacinas desenvolvidas pelos grandes laboratórios e pela concessão de auxílio emergencial para amenizar os efeitos da pandemia sobre a população mais pobre.

A LC 173 e a autonomia das universidades

O uso da Lei Complementar (LC) 173/2020 – a lei de ajuda federal aos estados e municípios, em que o governo federal inseriu o ‘congelamento’ de reajustes, contratações e contagens de tempo para os servidores – como argumento das reitorias para justificar a “impossibilidade” de negociar não se sustenta.

Isso fica claro quando vemos a sentença proferida pelo Tribunal de Justiça

(TJ-SP), no âmbito de ação ajuizada pela Adusp contra os efeitos da lei sobre a USP. Embora tenha negado o pedido de liminar, em seu despacho o juiz da 9ª Vara da Fazenda Pública ressaltou que a universidade não está subordinada à LC 173/2020, mas que a autonomia administrativa da USP autoriza ao administrador decidir pela contenção de gastos. No recurso interposto pela Adusp, o TJ-SP endossou o entendimento do juiz de primeira instância: “Embora não se submeta ao regramento da Lei Complementar 173/2020, aplicável apenas aos entes políticos, a USP goza de autonomia administrativa que a autoriza, por meio da conveniência e oportunidade, a decidir se prossegue com os concursos já abertos ou abre novos certames para a contratação de novos professores a fim de repor as vacâncias existentes, estando ausente, portanto, a probabilidade do direito alegado, nos termos do artigo 300 do Novo Código de Processo Civil”.

Ou seja, está claro para a justiça que a autonomia garante aos gestores das universidades estaduais paulistas a decisão de acatar ou não os limites impostos pela LC 173/2020.

Caixa em alta, salários em baixa

Com o passar dos meses, após o início da pandemia, a economia teve uma boa recuperação e o aporte de recursos para as universidades, oriundos da arrecadação do ICMS, foi crescendo, dando-lhes uma situação de folga e crescimento das reservas. Já os salários experimentaram caminho inverso. O comprometimento médio entre as três universidades com folha de pagamento em 2020 ficou em 85,31% (83,08% na Unesp, 88,28% na Unicamp e 85,05% na USP), abaixo das médias dos anos anteriores. Em janeiro/2021, temos um índice médio ainda menor, de 74,24% (72,32% na Unesp, 77,09% na Unicamp e 73,90% na USP).

Ao contrário das previsões iniciais, de que a economia entraria em queda livre no decorrer de 2020, a arrecadação do ICMS – imposto que dá base aos repasses para as universidades – teve resultados surpreendentes no segundo semestre, especialmente nos últimos quatro meses do ano. Some-se a isso a expressiva economia com custeio nas unidades, por conta das medidas de isolamento e do trabalho remoto.



ASSEMBLEIA GERAL UNIFICADA
16/3, terça, 9h

Entre em:
meet.google.com/bnm-duiz-gru

Veja quais são as propostas do Fórum das Seis para a pauta conjunta: as categorias devem decidir



PAUTA 2021: Os indicativos que vamos discutir na Assembleia Geral Unificada em 16/3

O indicativo do Fórum das Seis é que as categorias realizem, até 18/3, uma rodada inicial de assembleias para discutir quais devem ser as reivindicações da pauta conjunta que será apresentada aos reitores. As entidades voltarão a se reunir no dia 19/3. Se ainda não for possível fechar a pauta conjunta, nova rodada de assembleias será convocada. O objetivo é protocolar a pauta junto ao Cruesp no início de abril.

São estes os indicativos do Fórum das Seis:

1) Reposição salarial e valorização dos níveis iniciais das carreiras

Estamos sem reajuste desde maio/2019. No caso da Unesp, além disso, permanece a dívida de 3% da data-base de 2016.

Desde a publicação do Decreto nº 29.598, de fevereiro de 1989, que estabeleceu a autonomia didática e de gestão financeira para as universidades estaduais paulistas, e até mesmo em obediência ao que estabelece o seu artigo 3º, as políticas salariais dos servidores docentes e técnico-administrativos têm sido definidas pelo Cruesp. Porém, desde 1989, quando teve início a autonomia, estamos sendo submetidos a perdas inflacionárias significativas, já próximas aos 40%. Vejamos estes números:

- ➔ Só na data-base de 2020, tivemos uma perda de **2,14%** (inflação de 2,14% e reajuste de 0%);
- ➔ Se considerarmos nosso poder aquisitivo em maio/2016, as perdas são de **9,53%** (inflação acumulada de maio/2016 a abril/2020 de 13,26% e reajuste acumulado de 3,73%). No caso da Unesp, há o agravante de não ter sido pago o índice de **3%** acordado em maio de 2016;
- ➔ Se considerarmos nosso poder aquisitivo em maio/2013, as perdas são de **23,14%** (inflação acumulada de maio/2013 a abril/2020 de 43,64% e reajuste acumulado de 20,50%);
- ➔ Se considerarmos nosso poder aquisitivo em maio/2008, as perdas são de **28,63%** (inflação acumulada de maio/2008 a abril/2020 de 93,8% e reajuste acumulado de 65,17%).

A estas perdas apontadas anteriormente, ainda precisaria ser somada a inflação apurada entre maio/2020 e abril/2021.

Considerando que as perdas acumuladas, em particular nos anos mais recentes, chegam a patamares insuportáveis (em especial para aqueles em início de carreira) e também consciente do momento que estamos vivenciando no país e no mundo, o Fórum das Seis reivindica do Cruesp uma recuperação parcial das perdas mais recentes e que os reitores se comprometam com a elaboração de um plano de médio prazo para repor mais amplamente tais perdas.

Proposta de reivindicação para o item salarial:

1) Recuperação parcial de perdas, com um reajuste salarial em maio/2021 de **6%**;

2) Reconhecimento, por parte do Cruesp, da existência de perdas significativas nos níveis salariais dos servidores das três universidades estaduais paulistas e da necessidade de estabelecer um plano de médio prazo para a recomposição salarial, com a constituição de um grupo de trabalho, com representantes do Cruesp e do Fórum das Seis, para realizar os estudos necessários à elaboração de tal plano.

3) Comprometimento do Cruesp com a valorização (inclusive salarial) dos níveis iniciais das carreiras.

4) Recomposição das perdas salariais dos servidores docentes e técnico-administrativos do Centro Paula Souza (Ceeteps), de acordo com índices adotados pelo Cruesp no período de 1996 a 2021, em respeito ao vínculo legal entre o Ceeteps e a Unesp, de acordo com o artigo 15 da Lei 952/1976.

Propostas ainda não consensuais, que devem ser debatidas nas assembleias das categorias

A Associação dos Docentes da USP (Adusp), o Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) e o Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU) apresentaram propostas que não alcançaram consenso entre as entidades, e estão sendo remetidas às assembleias de base para análise. São elas:

Adusp: Propõe que, uma vez definido o índice para a recuperação parcial, o montante proveniente deste índice para as/os docentes seja dividido de forma a aplicar um reajuste maior para os níveis iniciais da carreira.

Sintusp: Propõe a composição do índice geral para todos, com uma parcela fixa de R\$ 500,00 para todos, elevando proporcionalmente os níveis salariais mais baixos. Propõe, também, a reivindicação de um plano de recomposição automática mensal dos salários de acordo com a inflação.

STU: Propõe valorizar as/os servidoras/es da Saúde, que estiveram e estão na linha de frente de combate à Covid-19, com a concessão de um bônus específico para este segmento.

2) Plano Sanitário e Educacional

Anexa, confira minuta que o Fórum das Seis propõe apresentar ao Cruesp no âmbito da nossa pauta conjunta 2021, sobre as condições sanitárias necessárias ao funcionamento das instituições em meio à pandemia de Covid-19.

